



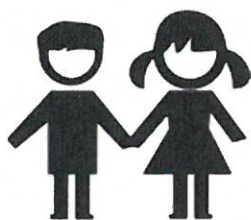
2016

**ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DO SAGRADO
CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO**

RELATÓRIO E CONTAS



ERPI



INFANTÁRIO



**CENTRO
DIA**



**APOIO AO
DOMICÍLIO**

Índice

I - PREÂMBULO.....	2
II - INTRODUÇÃO	2
III - ENQUADRAMENTO	2
IV - ORGANOGRAMA.....	4
V - MISSÃO.....	4
VI - VISÃO.....	4
VII - POLITICA.....	4
VIII - VALORES.....	5
IX - RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	5
A - ERPI.....	5
B - CENTRO DIA.....	6
C - SERVIÇO DE APOIO AO DOMICÍLIO.....	7
D – CRECHE E ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR.....	7
X - RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS / ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS.....	8
XI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
ANEXOS.....	14
XII - PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	32
XIII – CONCLUSÃO.....	33

I - PREÂMBULO

Dando cumprimento ao disposto da alínea b) do nº 1 do Artigo 27º, dos Estatutos da Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria, a Direção submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório e Contas de 2016, documento este que, em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1 do Artigo 32º, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

Este relatório é apresentado pela atual direção, eleita em 16 de dezembro de 2016, contudo diz respeito às atividades desenvolvidas sob a Presidência do atual Presidente da Assembleia, que então desempenhava as funções de Presidente da Direção.

II - INTRODUÇÃO

Este Relatório de Atividades e Gestão do ano de 2016, da Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria do Ferro é uma formalidade obrigatória.

Visa essencialmente a demonstração das atividades realizadas em 2016, ao nível operacional e financeiro, aprovado no Programa de Ação / atividades e Orçamento apresentados em assembleia. Define as linhas estratégicas de atuação na prossecução dos objetivos definidos para responder às necessidades da organização.

Assim podemos destacar:

- Nível operacional: atividades desenvolvidas, nas diversas valências, durante o ano de 2016.
- Nível Financeiro e contabilística: demonstrações financeiras exigidas por lei.

III – ENQUADRAMENTO

A Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria do Ferro, foi constituída em 12 de julho de 1989, com a Assinatura Estatutos. Em 15 de julho de 1990 lançou-se a 1ª Pedra do Centro dia, tendo sido inaugurado em 27 de julho de 1991.

No dia 19 de setembro de 1992 iniciou-se a construção do Infantário, tendo sido inaugurado em 7 de novembro de 1993.

Em 1999 iniciaram-se as obras do lar, tendo sido inaugurado em 21 de abril de 2001.

Em 22 de março de 2003 foi feita a inauguração do Pavilhão Polidesportivo.

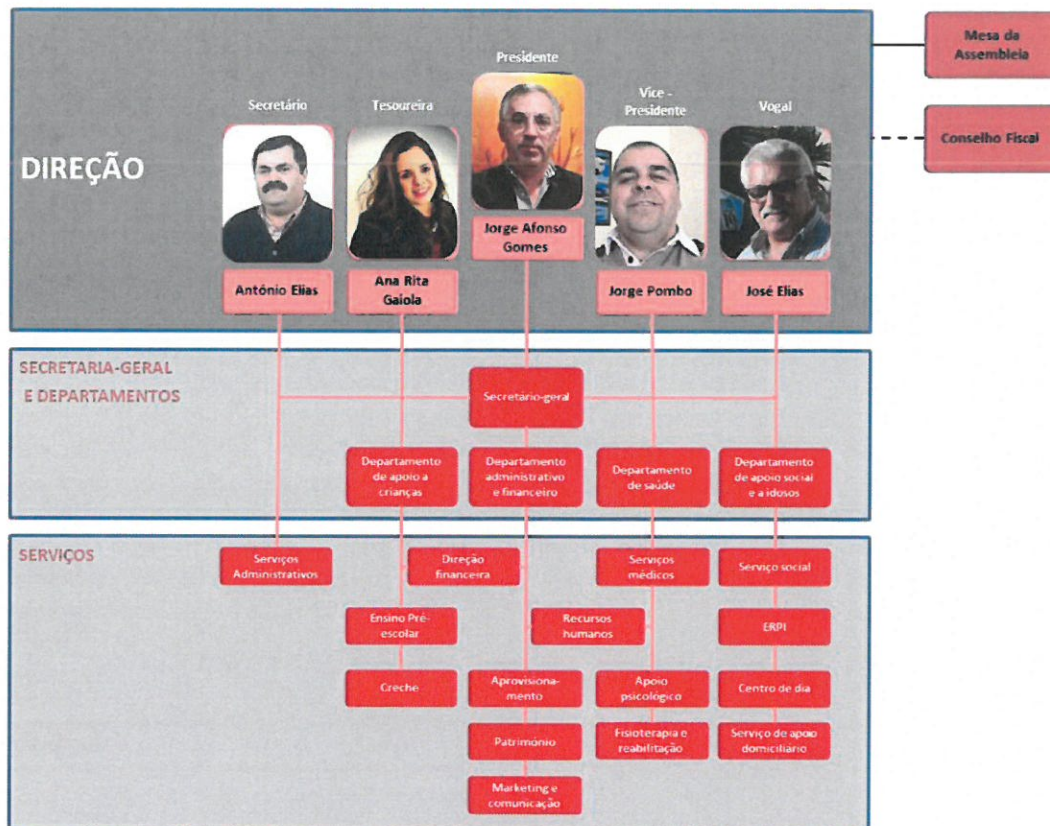
Em 24 de julho de 2004 a inauguração da Piscina e em 16 de setembro de 2007 a Inauguração do Salão de Convívio.

A Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria do Ferro tem como objetivos principais o apoio às pessoas idosas, o apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo. Secundariamente propõe-se desenvolver o apoio à família, o apoio à integração social e comunitária e a proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Para a realização dos seus objetivos, a associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- Estrutura residencial para pessoas idosas;
- Centro de dia;
- Serviço de apoio ao domicílio;
- Estabelecimento de educação pré- escolar;
- Creche.

IV – ORGANOGRAMA



V - MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento, a valorização e o bem-estar do cliente / utente, através de serviços relacionados com a educação, a saúde.

VI - VISÃO

Ser referência na prestação de serviços prestados com vista à obtenção da excelência.

VII – POLÍTICA

- Fomentar uma prestação de serviços de excelência, de forma a satisfazer as necessidades das crianças, dos idosos, dos funcionários e dos fornecedores;
- Valorizar o trabalho em equipa;

- Cumprir a legislação em vigor;
- Gerir eficazmente o sistema de Segurança e Higiene no Trabalho;
- Satisfazer as necessidades e expectativas dos Utentes;
- Envolver todos os colaboradores na melhoria das suas competências.

VIII – VALORES

- Lealdade;
- Respeito;
- Responsabilidade;
- Equidade;
- Justiça;
- Inovação;
- Profissionalismo;
- Reconhecimento;
- Espírito de equipa;
- Ética.

IX - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Vamos passar a descrever os serviços prestados, nas diversas valências da nossa instituição.

A - ERPI

O lar de idosos é dirigido a pessoas de ambos os sexos com idade igual ou superior a 65 anos ou com idade inferior em situação de maior risco, perda de independência e/ou autonomia.

Visa essencialmente proporcionar suporte psicológico, emocional e nutricional aumentando a qualidade de vida das pessoas idosas.

Fornecemos o alojamento, os cuidados de higiene e conforto pessoal, as refeições, os cuidados médicos e de enfermagem, o tratamento de roupas pessoais, atividades de

Animação Sociocultural, recreativa e ocupacional, consultas médicas, serviço de cabeleireiro, atividades culturais e de lazer externas e fisioterapia entre outros...

Fizemos inúmeras obras de melhoramento, desde pinturas, remodelação, casas de banho, mobiliário, iluminação, remodelação da cozinha, apetrechamento de diverso equipamento, colocação de um elevador novo, implementação de medidas de proteção contra incêndio, sempre com vista à obtenção de melhores condições para os nossos utentes.



B - CENTRO DIA

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida no salão convívio, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus residentes.



C - SERVIÇO DE APOIO AO DOMICÍLIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.



D – CRECHE E ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR

- A Creche é uma resposta social dirigida a crianças entre os 3 meses e os 36 meses, divididos em grupos: Berçário – Até à aquisição de marcha; Sala do 1 Ano – Da aquisição de marcha até aos 24 Meses e Sala dos 2 Anos – Entre os 24 Meses e 36 Meses.
- A Educação Pré Escolar é uma resposta social, desenvolvida em equipamento vocacionado para o desenvolvimento das crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família.

COMO ATIVIDADES FORAM REALIZADAS ENTRE OUTRAS:

- 6 de janeiro / Dia de Reis / Inverno
- 9 de fevereiro / Carnaval
- 19 de março / Dia do pai / Primavera / Dia Mundial da Árvore e da Floresta
- 27 de março / Dia Mundial do Teatro / Páscoa
- 2 de abril / Dia do Livro Infantil
- 27 de abril / Dia Europeu da Segurança Rodoviária
- 1 de maio / Dia da Mãe

- 15 de maio / Dia Internacional da Família / Visita de estudo
- 1 de junho / Dia da Criança / verão
- 8 de julho / Festa de Final de Ano
- Setembro / Visita das Mascotes Minnie e Mickey
- Outubro e novembro / Outono
- 4 de outubro / Dia Internacional do Animal
- 16 de outubro / Dia da Alimentação
- 31 de outubro / Dia das Bruxas
- 11 de novembro / Dia de S. Martinho
- 20 de novembro / Dia Nacional do Pijama
- 22 de dezembro / Festa de Natal



X – RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS / ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS

- A Instituição mantém regularizada a sua situação financeira, com as funcionárias, Fornecedores, Autoridade Tributária e Segurança Social, entre outros.
- As preocupações e práticas de gestão rigorosa e transparente assumem-se como princípios fundamentais da Instituição.
- Este conjunto de preocupações assenta na necessidade de encontrar e consolidar os mecanismos de sustentabilidade da instituição,

XI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Prestar contas é o ato de relatar aos interessados, diretos e indiretos, a atividade da Instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual avaliamos e justificamos o dia-a-dia da Associação desde a materialização dos objetivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

A especificidade da nossa atividade, muito exposta a financiamentos públicos, limita particularmente a nossa ação, mas, por outro lado, dá-nos responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos e ganhos);
- e) Gastos (gastos e perdas);
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais; e
- g) Fluxos de caixa.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados;
- c) Uma demonstração dos resultados por funções;
- d) Uma demonstração dos fluxos de caixa; e
- e) Um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Pressupostos subjacentes às DF's:

Regime do acréscimo - Os efeitos das operações serem reconhecidos nos períodos em que ocorrem, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.

Continuidade - Pressupõe-se, na preparação das DF, que a instituição opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional

Características qualitativas das DF:

Compreensibilidade - A preparação das DF tem como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível

Relevância - A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade. À luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente da informação pode fazer sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, estando neste caso em causa a influência

que a informação financeira pode ter na hora do utilizador da informação ter de tomar determinadas decisões.

Fiabilidade - Visa isentar as DF de erros, lacunas, imprecisões e preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio que as DF sejam dignas de confiança

Representação fidedigna – As DF devem representar com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.

Neutralidade e Prudência - Na preparação das DF deve ter-se como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de ativos ou aumentos de passivos.

Comparabilidade – Deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas. A comparabilidade no espaço permite que a posição financeira e os resultados de uma determinada unidade possam ser confrontados com unidades com atividade equivalente e analisadas no âmbito de um sector, pelo que todas deverão adotar sistemas normalizados assentes em princípios, critérios e regras comumente aceites.

Em síntese, podemos referir que estas características, aplicadas conjuntamente com regras, princípios e critérios contabilísticos adequados, permitem a obtenção de demonstrações financeiras capazes de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações do fundo patrimonial.

Na nossa perspetiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que acompanhado do relatório da direção deixamos aqui para vossa análise e discussão. *Dulce Pombo // CC 56076*

BALANÇO EM 31/12/2016

Rúbricas	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.3/4	625 852,20	591 107,39
Activos intangíveis	3.3/5	31,08	402,71
Investimentos financeiros	6	942,90	690,66
Sub-Total		626 826,18	592 200,76
Activo corrente			
Inventários	7	2 906,52	2 448,79
Clientes	3.4/11.1	11 032,77	13 672,47
Estado e outros entes públicos	11.1/14.2	10 280,28	4 646,72
Outras contas a receber	345/11.1	4 341,97	22 620,47
Diferimentos	14.3	2 761,94	2 872,94
Caixa e depósitos bancários	3.13/11.2	41 192,03	85 774,89
Sub-Total		72 515,51	132 036,28
Total do activo		699 341,69	724 237,04
Fundo patrimonial e passivo			
Fundo patrimonial			
Fundo patrimonial e passivo	14.4	22 569,28	22 569,28
Resultados transitados	14.4	467 367,23	366 232,62
Outras variações do fundo patrimonial	14.4	26 007,05	31 203,85
Sub-Total		515 943,56	420 005,75
Resultado liquido do período	14.4	-12 334,68	105 526,04
Total do fundo patrimonial		503 608,88	525 531,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.5/11.3	23 349,60	37 359,26
Outras contas a pagar	3.4/11.1	1 114,66	15 855,10
Passivo corrente			
Fornecedores	3.4/11.1	25 911,77	27 538,72
Estado e outros entes públicos	11.1/14.2	15 225,39	19 117,52
Financiamentos obtidos	3.1/11.3	14 009,60	14 009,64
Outras contas a pagar	3.4/11.1	116 121,79	84 825,01
Total do passivo		195 732,81	198 705,25
Total do fundo patrimonial e do passivo		699 341,69	724 237,04

ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
acsscmferro@gmail.com <https://www.facebook.com/acsscmf/> <http://www.acsscmf.pt>
 Rua Dr. Carlos Coelho, 29 – 6200-571 Ferro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	9	416 674,54	433 974,52
Subsídios à exploração	9/10	314 995,53	362 451,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-86 110,71	-90 128,12
Fornecimentos e serviços externos	14.5	-131 592,20	-151 029,85
Gastos com o pessoal	12	-469 489,91	-477 707,98
Outros rendimentos e ganhos	9	8 476,28	90 336,34
Outros gastos e perdas	14.6	-14 696,39	-6 508,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38 257,14	161 387,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-49 804,29	-54 644,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11 547,15	106 743,67
Juros e rendimentos similares obtidos			12,36
Juros e gastos similares suportados	14.7	-787,53	-1 229,99
Resultado antes de impostos		-12 334,68	105 526,04
Resultado líquido do período		-12 334,68	105 526,04

Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2015 e 2016

Descrição	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Janeiro de 2015	22 569,28	366 232,62	31 203,85	105 526,04	525 531,79
Resultado exercício de 2015		105 526,04		-105 526,04	
Outras variações		-4 391,43	-5 196,80		-9 588,23
Resultado exercício de 2016				-12 334,68	-12 334,68
Posição em 31 de Dezembro de 2016	22 569,28	467 367,23	26 007,05	-12 334,68	503 608,88

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Rendimentos e Gastos	Lar	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Pre Escola	Creche	ATL	Períodos	
							31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	263 936,40	36 080,02	40 416,16	36 744,96	26 627,37	12 869,63	416 674,54	433 974,52
Custo das vendas e serviços prestados	248 420,61	50 275,60	49 023,30	81 402,43	77 803,50	8 450,37	515 375,80	529 423,69
Resultado Bruto	15 515,79	-14 195,58	-8 607,14	-44 657,47	-51 176,13	4 419,26	-98 701,26	-95 449,17
Outros rendimentos	131 597,06	17 455,89	35 595,01	68 781,10	69 589,73	453,02	323 471,81	452 800,47
ISS, IP - Centro Distrital	121 871,14	15 613,92	34 452,54	65 774,92	67 832,67		305 545,19	305 905,08
Outros	9 725,92	1 841,97	1 142,47	3 006,18	1 757,06	453,02	17 926,62	146 895,39
Gastos administrativos	120 594,03	21 109,69	13 153,52	39 640,30	23 859,46	3 264,31	221 621,31	244 086,29
Outros Gastos	7 990,18	1 246,94	415,65	3 381,05	1 524,04	138,53	14 696,39	6 508,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	18 528,64	-19 096,32	13 418,70	-18 897,72	-6 969,89	1 469,44	-11 547,15	106 756,02
Gastos de financiamento (líquidos)	478,99	64,59	21,54	136,36	78,93	7,12	787,53	1 229,99
Resultado antes de impostos	18 049,65	-19 160,91	13 397,16	-19 034,08	-7 048,82	1 462,32	-12 334,68	105 526,03
Imposto sobre o rendimento do período								
Resultado líquido do período	18 049,65	-19 160,91	13 397,16	-19 034,08	-7 048,82	1 462,32	-12 334,68	105 526,03

ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
acsscmferro@gmail.com <https://www.facebook.com/acsscmf/> <http://www.acsscmf.pt>
 Rua Dr. Carlos Coelho, 29 – 6200-571 Ferro

ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Associação Centro Social Sagrado Coração Maria

1.2. Sede

Rua Dr Carlos Coelho 29

6200-571 Ferro

1.3. NIPC

502519320

1.4. Natureza da atividade

A Associação Centro Social Sagrado Coração Maria é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011, de 9 de março (Base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de contas);
- Aviso n.º 6726 B/2011, de 14 de março (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo)
- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13 de Julho (SNC)

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação Centro Social Sagrado Coração Maria, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro, aplicados às entidades sem natureza lucrativa.

3.2. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.3. Ativos fixos tangíveis / intangíveis

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas pelo ISSIP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada
Programas computador	3 anos

3.4. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são

registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.5. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

3.6. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

3.7. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.8. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte, subsídio de férias e de natal e fundos de compensação ao trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.9. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afetar as quantias relatadas de ativos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, com exceção do referido em 3.12; 4; 5; 9; 11.1; 14.3; 14.4; 14.5 e 14.6.

3.11. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação Sagrado Coração Maria.

3.12. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação Sagrado Coração Maria.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		438 462,94	469 418,88
Subsídios, doações e legados à exploração		316 244,73	340 558,51
Pagamentos a fornecedores		-261 197,43	-243 680,25
Pagamentos ao pessoal		-388 252,18	-394 574,60
Caixa gerada pelas operações		105 258,06	171 722,54
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-7 984,00	
Outros recebimentos / pagamentos		-127 059,69	-102 656,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-29 785,63	69 066,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis			-52 671,29
Investimentos financeiros			-223,43
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Activos fixos tangíveis			80 000,00
Juros e rendimentos similares			12,36
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)			27 117,64
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos			22 500,00
Doações			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-14 009,70	-39 009,70
Juros e gastos similares		-787,53	-1 239,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-14 797,23	-17 749,03
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.1	85 774,89	7 340,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	41 192,03	85 774,89

3.13. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante		Observações
		31-12-2016	31-12-2015	
Caixa	11	139,73	1 351,05	Valores guardados em cofre para pequenas despesas.
Depósitos à ordem	12	41 052,30	84 423,84	
Total		41 192,03	85 774,89	

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
- As taxas de depreciação utilizadas são as definidas pelo ISS.IP.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	3 880,04		3 880,04
Edifícios e outras construções	1 123 338,61	74 070,08	1 197 408,69
Equipamento básico	199 005,69	10 107,39	209 113,08
Equipamento de transporte	100 611,07		100 611,07
Equipamento administrativo	57 562,94		57 562,94
Outros activos tangíveis	76 537,09		76 537,09
Activo tangível bruto	1 560 935,44	84 177,47	1 645 112,91
Depreciações acumuladas	969 828,05	49 432,66	1 019 260,71
Activo tangível líquido	591 107,39	133 610,13	625 852,20

5. ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Programas de Computador	3 060,00		3 060,00
Outros Activos Intangíveis	0,00		0,00
Activo intangível bruto	3 060,00	0,00	3 060,00
Depreciações acumuladas	2 657,29	371,63	3 028,92
Activo intangível líquido	402,71	371,63	31,08

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo.

Em 2015 foi constituído o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	720,47	468,23
FRSS	222,43	222,43
Investimentos Financeiros	942,90	690,66

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

- Os gastos de financiamento são considerados de acordo com o período em que ocorrem. Quando debitados antecipadamente difere-se o valor respeitante ao período não decorrido. Quando calculados postecipadamente são acrescidos no exercício.
- Os gastos considerados no exercício totalizaram €787,53.

8. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Movimentos	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial	2 448,79	2 173,65
Compras	86 568,44	90 403,26
Saldo final	2 906,52	2 448,79
Gasto no exercício	86 110,71	90 128,12

9. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Prestação de serviços			
Mensalidades / Matrículas	396 960,19	420 104,63	-5,51%
Quotas / joias	2 440,00	2 890,00	-15,57%
Comparticipação Utentes	4 427,92	5 513,64	-19,69%
Almoços	12 846,43	5 466,25	135,01%
Subsídios à exploração			
Do estado e outros entes publicos	308 060,39	353 094,15	-12,75%
Doações e Heranças			
Doações	6 935,14	9 357,62	-25,89%
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	2 103,74	1 652,16	27,33%
Descontos de pronto pagamento	1,00	33,00	-96,97%
Rendimentos e ganhos em inv.não financeiros		77 920,41	
Outros	6 371,54	10 730,77	-40,62%
Total	740 146,35	886 762,63	-16,53%

10. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E DOAÇÕES

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- a) Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- b) Os subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Os subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.
- c) O principal doador foi a empresa Modelo Continente.
- d) O valor recebido referente a Consignação IRS no ano de 2016 foi de 1.661,08

Os subsídios e doações foram os constantes do quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Segurança Social:	305 545,19	305 905,08
ISS.IP - Protocolos	294 333,95	296 322,04
ISS.IP - Educadoras		6 165,16
ISS.IP - Vagas	11 211,24	3 417,88
Município da Covilhã		6 909,80
IEFP	2 515,20	40 279,27
Doações	6 935,14	7 608,70
Modelo Continente	5 274,06	3 578,70
Afgold		2 750,00
Carla Gaspar		30,00
Agonis		1 250,00
Consignação IRS	1 661,08	1 748,92
Total	314 995,53	362 451,77

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

11.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Clientes	11 032,77	13 672,47
Estado e outros entes públicos	10 280,28	4 646,72
Outros devedores e credores	4 341,97	22 620,47
Gastos a reconhecer - seguros	2 761,94	2 872,94
Total do activo	28 416,96	43 812,60
Passivo		
<i>Passivo não corrente</i>		
Financiamentos obtidos	23 349,60	37 359,26
Outras contas a pagar - outros credores	1 114,66	15 855,10
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	25 911,77	27 538,72
Estado e outros entes públicos	15 225,39	19 117,52
Financiamentos obtidos	14 009,60	14 009,64
Outras contas a pagar:		
	57 399,92	66 782,09
Fornecedores de investimentos	36 000,58	493,09
Outros credores	23 835,95	17 549,83
Total do passivo	196 847,47	198 705,25

A rubrica outros credores em outras contas a pagar inclui um acordo de pagamento com o ISS.IP referente à devolução de verbas recebidas no âmbito do projeto PAII. O acordo em prestações até Janeiro de 2018 encontra-se espelhado no balanço como passivo corrente e não corrente, conforme se discrimina:

Outros Credores	31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total
PAII	14 740,44	1 114,66	15 855,10
Total	14 740,44	1 114,66	15 855,10

PAII	2017	2018	Total
2 a 5 anos	14 740,44	1 114,66	15 855,10
Total	14 740,44	1 114,66	15 855,10

11.2. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Montante	
	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	139,73	1 351,05
Depósitos à ordem	41 052,30	85 119,98
Total	41 192,03	86 471,03

11.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Montante	
	31-12-2016	31-12-2015
Instituições de crédito:		
Caixa Geral de Depósitos	37 359,20	51 368,90
Total	37 359,20	51 368,90

Desdobrando-se em passivo corrente e não corrente, conforme se apresenta nos quadros seguintes:

Instituições de crédito	31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Geral de Depósitos	14 009,60	23 349,60	37 359,20
Total	14 009,60	23 349,60	37 359,20

Financiamentos obtidos não correntes	2017	2018	2019	Total
2 a 5 anos	14 009,60	14 009,62	9 339,98	37 359,20
Total	14 009,60	14 009,62	9 339,98	37 359,20

Este financiamento respeita à facilitação de crédito pela Caixa Geral de Depósitos para aquisição dos painéis fotovoltaicos, aquisição da viatura Hyundai, liquidação de um empréstimo existente na CCAM e reforço da tesouraria.

12. Benefícios de empregados

Gastos com pessoal	Montante		Variação
	31-12-2016	31-12-2015	
Remunerações do pessoal	369 539,71	386 199,01	-4,31%
Encargos sobre remunerações	79 981,22	83 250,84	-3,93%
Seguros acidentes trabalho	2 372,98	2 905,66	-18,33%
Outros gastos com o pessoal	17 596,00	5 352,47	228,75%
Total	469 489,91	477 707,98	-1,72%
N.º Médio Funcionários	35	43	

13. Política contabilística adotada para os subsídios

Os subsídios à exploração são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde. No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática, proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes, como rendimentos do período, durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Excluem-se desta regra os bens cujo período de vida útil exceda os 10 anos, caso em que se aplica este limite.

14. Outras informações

14.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14.2. Estado e outros entes públicos

Descrição	Montante	
	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Retenções na fonte		3,09
Imposto sobre o valor acrescentado	10 280,28	4 636,00
Total	10 280,28	4 639,09
Passivo		
Retenção impostos sobre o rendimento	2 129,28	3 490,50
Imposto sobre o valor acrescentado	671,01	
Outras Tributações (FCT/FGCT)	28,86	29,37
Contribuições para a segurança social	12 396,24	15 597,65
Total	15 225,39	19 117,52

14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	Montante	
	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Gastos a reconhecer		
Rendas	393,34	393,34
Seguros	2 368,60	2 479,60
Total	2 761,94	2 479,60

14.4. Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Montante	
	31-12-2016	31-12-2015
Fundo social	22 569,28	22 569,28
Resultados transitados	467 367,23	366 232,62
Outras variações capital próprio	26 007,05	31 203,85
Resultado líquido do período	-12 334,68	105 526,04
Total	503 608,88	525 531,79

14.5. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Variação
Fornecimentos e serviços externos			
Trabalhos especializados	17 311,06	9 417,68	83,81%
Publicidade e propaganda	86,10	2 555,45	-96,63%
Vigilância e segurança		2 298,64	-
Honorários	12 706,83	15 336,57	-17,15%
Conservação e reparação	13 319,13	18 888,12	-29,48%
Serviços bancários	1 343,83	1 488,41	-9,71%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5 588,11	6 154,68	-9,21%
Material escritório	2 413,06	5 992,85	-59,73%
Artigos para oferta	200,00	1 365,35	-85,35%
Material didático	365,97	1 084,82	-66,26%
Outros Materiais	506,40	7 777,89	-93,49%
Textil, lar e decoração	159,13	5 004,48	
Loiças e outros materiais	340,61	1 891,52	
Outros	6,66	881,89	
Eletricidade	17 368,75	19 037,35	-8,76%
Combustíveis	2 655,51	2 806,06	-5,37%
Água	11 621,70	12 482,01	-6,89%
Gas	18 448,20	14 715,93	25,36%
Deslocações e estadas	601,19	1 065,50	-43,58%
Deslocação utentes	1 146,00	1 341,75	-14,59%
Rendas e alugueres	3 378,36	2 810,02	20,23%
Comunicação	2 280,04	2 139,07	6,59%
Seguros	3 407,53	3 422,17	-0,43%
Contencioso e notariado		75,00	-
Limpeza, higiene e conforto	13 394,40	16 583,49	-19,23%
Outros Serviços	3 450,03	2 191,04	57,46%
Total	131 592,20	151 029,85	-12,87%

14.6. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Outros gastos			
Impostos	430,51	199,20	116,12%
Dividas Incobreveis		4 318,57	
Outros			
Correções relativas exercicios anteriores	13 309,59	1 941,20	585,64%
Quotizações	850,00	50,00	1600,00%
Insuficiencia estimativa impostos (IVA)	102,20		
Outros	4,09		
Total	14 696,39	6 508,97	125,79%

14.7. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de gastos e perdas de financiamento apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Gastos e perdas de financiamento			
Juros suportados com financiamentos obtidos	787,53	1 229,99	-35,97%
Total	787,53	1 229,99	-35,97%

Covilhã, 18 de Março de 2017

TOC n.º 56076	Presidente	Tesoureiro	Secretário
			
Dulce Pombo	Jorge Fernando Fortuna Pombo	Ana Rita Duarte Gaiola	Luís Filipe de Ascensão Rodrigues

XII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reuniu no dia 16 de março de 2017 para apreciar e dar parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de 2016, conforme estipula a alínea b), do nº 1 do Artigo 32º, dos Estatutos.

Ouvida a Direção, apreciados os documentos elaborados pela mesma e divulgados aos associados, o Conselho Fiscal concluiu:

- 1- Ser o Relatório de Atividades esclarecedor do desenvolvimento das diversas atividades da Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria, nas diferentes valências;
- 2- Haver exatidão dos movimentos, regularidade dos documentos de receita e despesa e ter havido rigor no controlo da gestão, permitindo a demonstração dos resultados uma adequada compreensão da situação financeira da Instituição.

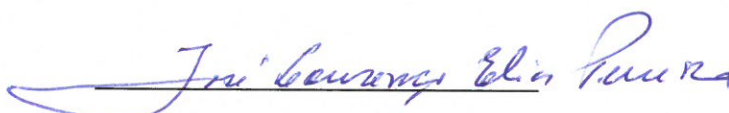
Face do exposto o Conselho Fiscal deliberou:

- a). Avaliar positivamente a atividade desenvolvida pela Direção da Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria, no decurso do ano de 2016;
- b). Dar parecer favorável ao Relatório e Contas do Exercício de 2016;
- c). Propor à Assembleia geral de 18 de março a aprovação do Relatório de Atividades e contas do exercício de 2016.

Ferro, 16 de março de 2017

O Conselho Fiscal

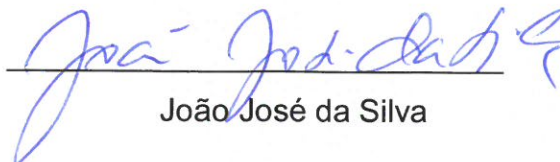
Presidente:


José Lourenço Elias Pereira

Primeira Vogal:

Sónia Isabel Afonso Louro Andrade

Segundo Vogal:


João José da Silva

XIII - CONCLUSÃO

Neste documento relatamos as atividades desenvolvidas pela nossa instituição ao longo de ano de 2016.

Houve uma constante preocupação de centrar a nossa atuação na vertente social.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido procuramos sempre satisfazer os nossos utentes.

Tivemos o cuidado de cumprir a legislação em vigor, sempre com vista a uma gestão equitativa e sustentável.

Temos centrado a nossa ação no ser como pessoa e procuramos fomentar o trabalho em equipa com vista da obtenção da excelência e do sucesso.

São as pessoas, crianças e idosos que merecem toda a nossa atenção e destreza.

Tudo o que foi feito exige muito esforço, mas os resultados alcançados são para nós satisfatórios e gratificantes.

Fizeram um conjunto de obras nas diversas valências, sendo de destacar a dedicação, o empenho e o profissionalismo dos nossos funcionários.

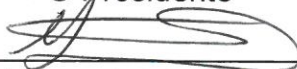
Fizemos tudo o que está ao nosso alcance para gerir de forma criteriosa e equilibrada.

Finalmente agradecemos a todos quantos se envolveram com a nossa instituição, desde os sócios, dos órgãos sociais, dos funcionários, dos parceiros, até aos simples conterrâneos que nos acompanham no dia a dia.

Bem haja a todos!


A Direção:

O Presidente



Jorge Fernando Fortuna Pombo

A Tesoureira



Ana Rita Duarte Gaiola

O Secretário



Luís Filipe de Ascensão Rodrigues